

A VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO E A BUSCA DA UNIDADE: O QUE DIZEM OS ATORES¹

The appreciation of professional education and the search of unit: what the actors say

LIRA, Jailton Souza²

RESUMO

Este artigo discute a relação sindical entre professores e funcionários de escola na rede estadual de ensino do Estado de Alagoas nos momentos de enfrentamento e mobilização em defesa das reposições salariais e da promulgação de um Plano de Cargos e Carreiras para os profissionais da educação. A estrutura do artigo está organizada a partir das reflexões dos trabalhadores da educação suscitadas através de entrevistas semiestruturadas realizadas em janeiro de 2012 e distribuídas ao longo do texto. Além das análises sobre a relação docente e não docente, procurou-se examinar a correlação de forças entre governos e educadores, expectativas em relação às ações sindicais e a importância da valorização profissional para os funcionários de escola.

Palavras-chave: Funcionários de Escola; Plano de Cargos e Carreiras; Valorização Profissional.

ABSTRACT

This article discusses the relationship between the teachers union and public school officials of the State of Alagoas in moments of confrontation and mobilization in defense of wage replacement and the promulgation of a Job and Career Plan for education professionals. The structure of the paper is organized from the reflections of educational workers raised through semi-structured interviews in January 2012 and distributed throughout the text. Beyond the analyzes among teachers and staff, we sought to examine the correlation of forces between governments and educators, expectations in relation to union action and the importance of professional development for school staff.

Keywords: School Staff; Job and Career Plan; Development Professional.

¹ Este artigo faz parte de um dos capítulos da dissertação de mestrado em Educação Brasileira do Centro de Educação da Universidade Federal de Alagoas intitulado *A trajetória dos trabalhadores da educação em Alagoas* defendida pelo autor em julho de 2012. O texto foi devidamente readaptado para composição do presente artigo. Os depoimentos ao longo do texto foram colhidos a partir de entrevistas semiestruturadas com 12 trabalhadores da educação identificados por algarismos indo-arábicos.

² Doutorando em Educação pela UFPB, Mestre em Educação Brasileira e Graduado em História pela UFAL, Presidente do Conselho de Alimentação Escolar de Maceió/AL. E-mail: <jailton_souzal@hotmail.com>.

A DIFÍCIL UNIDADE DOS TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO

Um dos assuntos mais polêmicos e que diz respeito aos funcionários de escola (merendeiras, vigias, agentes administrativos e auxiliares de serviços diversos) da rede estadual de ensino de Alagoas é exatamente a criação do plano de cargos e carreiras (PCC) deste segmento profissional. Para isso, se faz necessária uma breve recapitulação histórica para uma compreensão aproximada do assunto.

Historicamente, os funcionários de escola têm sido o elo mais frágil do segmento educacional quando se trata de reivindicação de direitos, dada à sua dispersão organizacional e à falta de tradição organizativa, sendo tratados como figuras invisíveis (MONLEVADE, 2009) no interior do espaço escolar. Quando da fundação do Sindicato dos Trabalhadores da Educação em Alagoas (SINTEAL) em 1988, entidade que passou a aglutinar todos os profissionais da educação do setor público, este foi o único segmento que não compôs a base da entidade por meio de alguma entidade associativa organizada.

Esses profissionais têm ficado a reboque das negociações e da elaboração das estratégias de luta, embora tenham estado presentes em todas as grandes atividades históricas da categoria. Ocorre que o caráter simbólico do magistério e sua maior tradição de luta têm prevalecido em todas as atividades mobilizatórias e no atendimento (ainda que parcial) das pautas apresentadas ao governo, criando profundos ressentimentos por parte dos funcionários em relação aos professores, tidos por aqueles como insensíveis às suas necessidades profissionais.

As entrevistas realizadas com esse segmento profissional tentaram apreender as visões a respeito dos fatos ligados aos embates sindicais por ocasião das mobilizações pela promulgação do seu Plano de Cargos e Carreiras (PCC), em uma conjuntura de tensão entre o sindicato representativo da educação em Alagoas e os governos de Ronaldo Lessa (1999-2003/ 2003-2006), Luis Abílio de Souza (2006/2007) e Teotônio Vilela Filho (2007/2011). A pesquisa levou em consideração fontes documentais (atas, ofícios, manifestos, jornais impressos, mídia *on-line*) e orais (por meio das entrevistas semiestruturadas) com vistas ao entendimento da relação professor/funcionário de escola e funcionário/sindicato.

Nesse sentido, os dados das entrevistas são fontes importantes de informações. Ainda que consideradas as devidas ressalvas, vez que não existem discursos que prescindam de intencionalidade ou de uma concepção ideológica:

Não há discurso neutro ou inocente, uma vez que, ao produzi-lo, o sujeito o faz, a partir de um lugar social, de uma perspectiva ideológica [...] veicula valores, crenças, visões de mundo que representam os lugares sociais que ocupa (FLORÊNCIO *et al.*, 2009, p.25).

As relações ideológicas não estão ausentes de uma situação de entrevistas, assertiva confirmada por Szymanski:

Partimos da constatação de que a entrevista face a face é fundamentalmente uma situação de interação humana, em que estão em jogo as percepções do outro e de si, expectativas, sentimentos, preconceitos e interpretações para os protagonistas: entrevistador e entrevistado. Quem entrevista tem informações e procura outras,

assim como aquele que é entrevistado também processa um conjunto de conhecimentos e pré-conceitos sobre o entrevistador, organizando suas resposta para aquela situação [...]. A concordância do entrevistado em colaborar na pesquisa já denota sua intencionalidade – pelo menos de ser ouvido e considerado verdadeiro no que diz –, o que caracteriza o caráter ativo de sua participação, levando-se em conta que também ele desenvolve atitudes de modo a influenciar o entrevistador (SZYMANSKI, 2008, p.12).

Independente dessas intencionalidades por parte dos entrevistadores e entrevistados no ato das entrevistas, a memória apresenta limitações para o esclarecimento de fatos e a recomposição histórica não consegue abranger a totalidade do real, sendo sempre uma visão parcial e fragmentada. Os depoimentos abordam, inicialmente, as relações entre docentes e não docentes, especialmente nos momentos de enfrentamento sindical com os governos estaduais. Alguns depoimentos são significativos a respeito desse tema, quando indagados das razões que geram e impedem uma maior integração organizativa:

Eu acho que é a falta da unidade da categoria. O corpo não é só docente, tem o aluno, tem o funcionário, que sem o funcionário a escola não funciona e sem o aluno, muito pior. E que a gente, funcionário de escola, hoje nós somos educadores, estamos qualificados pra isso, só que o professor ainda não aceita, existe muito choque (Funcionária de escola. Entrevista n.5).³

E prossegue na sua avaliação:

Gestão democrática na escola não existe, funcionário de escola não é visto como educador, é visto como uma merendeira que faz comida, é visto como uma auxiliar que limpa a escola, um vigia que fica na porta, mas jamais como educador (Funcionária de escola. Entrevista n.5).

O sentimento de mágoa e a ideia, alimentada entre parte dos funcionários, de que estes não podem contar com o apoio dos professores na defesa das suas pautas específicas sugere que a unidade (ou a falta dela) é uma constante. Essa inquietação existente nas relações entre magistério e funcionários provoca um clima de tensões e desconfianças:

Porque a gente ainda vive naquela coisa que os funcionários não são valorizados de um modo geral, ainda existe essa separação, infelizmente. [...] Existe ainda essa separação: professores e funcionários. Então eles não entendem, é cada um por si, cada um olha pro seu umbigo. Na verdade, eles conquistaram os deles e aí a gente que se vire! Então eles não valorizam os funcionários (Funcionária de escola. Entrevista n.6).

Outra demonstração dessa falta de solidariedade atribuída pelos funcionários aos professores é retratada também no aspecto das campanhas salariais deflagradas pelo sindicato por meio das assembleias da categoria, quando são aprovadas solicitações de percentuais de reajuste diferenciados para os segmentos. Segundo a ótica do entrevistado, quando os professores conseguem alcançar a meta pretendida, o movimento é encerrado e os funcionários são deixados de lado em suas reivindicações: “Ah, vou dizer o quê? A classe é desunida. Não há união. Na hora que o bicho pega, todo mundo quer dinheiro no bolso; na hora que o bicho pega, ninguém segura a onda” (Funcionário de escola. Entrevista n.7).

Contudo, em algumas entrevistas, as razões para a falta de unidade da categoria obteve uma explicação comum. Tentou-se analisar as causas do

³ Os dados das entrevistas serão indicados sempre em itálico.

ponto de vista da ausência de formação política, tanto do magistério quanto dos funcionários de escola, conforme está descrito a seguir:

O magistério estava vivendo um momento que faltou informação, faltou formação. Então, eu não acredito que o professor fez, deixou o funcionário de lado por ignorância. Não foi por falta de comprometimento, mas por falta de conhecimento. E isso é um processo que ainda está lento, eu acho que ainda vai demorar. Na verdade, acho que o professor precisa, com o passar do tempo, é aprender. Nós, funcionários, também precisamos aprender (Funcionário de escola. Entrevista n.3).

A importância da politização explicitada pelo colaborador é resolvida por meio de cursos de formação sindical que priorizem o papel da solidariedade classista. Remetendo a fragilidade da união da categoria para o âmbito do processo de formação coletiva, espera-se reverter os interesses individuais e as incompreensões de parte a parte. Um dos aspectos que chama a atenção para esse depoimento é a convicção de que todos os atores educacionais têm compromisso com a melhora das condições de trabalho e a luta pela valorização profissional do coletivo, razão pela qual vale a pena insistir nas ações que envolvam o conjunto da base sindical, pois a divisão não contribui para a causa comum. O tema da formação sindical como meio de politizar a categoria foi bastante recorrente durante as falas dos participantes da pesquisa:

A falta de interesse da própria classe [...]. Então não há uma relação de quebra de cultura, nem tampouco da direção do sindicato, nem da classe dos professores, nem tampouco da classe do administrativo [...]. Eu acho que a busca da politização tanto por parte dos professores como por parte dos funcionários [...]. Nós precisamos, tanto professores como funcionários administrativos, “se” unir e buscar quebrar essa cultura. Acho que só chegamos a isso através das formações (Professor. Entrevista n.2).

Segundo os depoimentos, a formação política seria a maneira encontrada para criar a consciência de classe aos segmentos do quadro educacional. Para os entrevistados, esse papel também caberia ao sindicato, existindo divergências sobre se o SINTEAL tem propiciado esses momentos de formação ao longo dos anos. De todo modo, tanto em Alagoas como em todo o país, os funcionários de escola nunca deixaram de organizar-se e lutar por direitos.

UMA CARREIRA PARA OS FUNCIONÁRIOS DA ESCOLA

Através do projeto de lei de autoria da senadora Fátima Cleide, é sancionada a Lei n. 12.014/09 que, modificando a LDB em seu artigo n. 61, considera todos os funcionários de escola profissionais da educação, desde que habilitados de acordo com a 21ª área profissional (Área Profissional de Serviços de Apoio Escolar criada através da Resolução 5/2005 da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação). Esse fato, somado à criação do programa do governo federal designado “Profucionário”⁴ deu

⁴ O Profucionário foi criado em 2005 como política de formação governamental, mas somente em dezembro de 2010 passou à condição de política institucionalizada por meio do decreto n. 7.415/10. Anteriormente, a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC) tinha reconhecido em seu Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia seis novas habilitações, voltadas para as funções exercidas nas escolas por funcionários e que podem ser oferecidas por instituições de ensino superior, especialmente pelos Institutos Federais de Educação Tecnológica mantidos pelo MEC. Cf. Brasil (2010).

novo ânimo e argumentos legais para as atividades reivindicativas do segmento.

Os funcionários de escola alcançaram nos últimos anos um nível de organização em termos nacionais e um reconhecimento social como sujeitos históricos e hoje são vistos como uma categoria com identidade consolidada (NASCIMENTO, 2007). Desse reconhecimento, surge a importância da existência de um plano de carreira para efetiva valorização e qualificação de todos os profissionais atuantes na escola.

A primeira vez que o assunto foi objeto de discussão em Alagoas aconteceu no início da gestão Ronaldo Lessa,⁵ quando da criação do PCC do magistério em 2000. Depois, quando aconteceu a aparente conquista da isonomia salarial do magistério em abril de 2006 (uma equiparação vencimental dos professores com formação de nível superior em relação às demais carreiras de estado com formação equivalente), tinha ficado acordado junto ao governo estadual que as negociações relativas à criação do PCC deveriam continuar e que, no prazo máximo de três meses, este plano deveria ser sancionado. Entretanto, não foi dessa forma que os fatos sucederam-se.

Após um demorado processo de negociação entre sindicato e governo (incluindo a Procuradoria Geral do Estado - PGE), 11 (onze) versões do Plano chegaram a ser criadas, dado o grande empecilho apresentado pelo governo naquele momento: para o executivo, o segmento administrativo e de apoio do executivo estadual já estava contemplado pela existência de dois planos de cargos e carreiras diferentes, de acordo com o nível de formação (fundamental e médio), abrangendo todas as secretarias e fundações estaduais. Sob essa ótica, não haveria motivos plausíveis para a criação de um PCC específico dos funcionários das escolas.

Outra alegação governamental: se o plano implicava mudança de cargo para os funcionários públicos atuais, isto só poderia ocorrer caso estes funcionários se dispusessem a prestar novo concurso público,⁶ que é a forma de ingresso em cargos públicos de acordo com a Constituição Federal. Fora isso, o governo não concordava com a criação de Planos específicos. Preferia agrupar os servidores públicos em planos gerais, padronizando salários, datas-base, funções, etc.

O argumento da categoria baseava-se no sentido oposto. A defesa da especificidade dos trabalhadores da educação, incluindo os funcionários de escola, fazia parte das bandeiras de luta do sindicato há anos. Outro fator que pesava favoravelmente a essa posição era a recente criação da área 21

⁵ Lessa foi eleito em 1998 por uma coalizão de partidos de esquerda e centro-esquerda formada pelo Partido dos Trabalhadores, Partido Socialista Brasileiro, Partido Democrático Trabalhista, Partido Comunista Brasileiro, Partido Comunista do Brasil, Partido Verde, dentre outros, contra o candidato à reeleição Manoel Gomes de Barros, representante das tradicionais oligarquias alagoanas.

⁶ Leis n. 6.251 e n. 6.252, de 20 de julho de 2001, alteradas pelas leis n. 6.534 e n. 6.535, de 24 de novembro de 2004.

e do Profuncionário, dando condições de profissionalização efetiva a este segmento.⁷

O plano de cargos, carreira e vencimentos não altera, de imediato, a forma de gestão da escola pública, porém cria condições necessárias para que essa transformação ocorra, quando prevê o ingresso de funcionários escolares por concurso público, com estabilidade e vínculo com a escola, sendo um dos pilares para o processo de valorização do educador e do processo educativo. Esta condição é muito diferente das formas precárias de contratação, que tornam sua presença instável e insegura, além de inviabilizar um processo de profissionalização e aperfeiçoamento que adiciona condições de qualidade para a participação. Em segundo lugar o plano traz melhorias salariais, imprescindíveis para a qualidade de vida e condições necessárias para o convívio coletivo. Não é suficiente resolver, apenas, a condição financeira dos professores, deixando os funcionários numa situação subalterna, e imaginar que estes possam participar das relações de uma gestão democrática (MORAES, 2009, p.409).

Além disso, outro obstáculo, ainda mais difícil de ser transposto, foi apresentado aos trabalhadores. A legislação eleitoral de 2006 impedia qualquer aumento de despesas ou reajustes salariais acima da inflação nos seis meses anteriores à eleição, fazendo com que o governador Abílio de Sousa (substituto legal de Lessa, que renunciou ao cargo para concorrer ao Senado Federal, conforme determinava a legislação eleitoral) relutasse em modificar os valores dos subsídios destes profissionais, temendo que a justiça eleitoral determinasse sua inelegibilidade ou a anulação do ato praticado. Acontece que a criação de um novo plano tinha importância fundamental para a categoria, tendo em vista a necessária modificação dos subsídios, dos critérios de progressão horizontal e vertical para que a lei aprovada tivesse algum significado não apenas simbólico, mas concreto para os trabalhadores.

Como as negociações avançaram muito lentamente, em agosto de 2006, os funcionários decretaram a paralisação dos serviços como um modo de pressionar o governo a cumprir o acordo inicial de sanção do plano. Nessa paralisação, o segmento magistério não deu a devida contrapartida ao apoio recebido pelos funcionários durante a greve pela isonomia salarial. Mesmo considerando a paralisação parcial das escolas estaduais, a solidariedade dos professores ao movimento foi pontual. Encontrando dificuldades iniciais para a aprovação do projeto pela Assembleia Legislativa (com as eleições de outubro de 2006, parte dos parlamentares não reeleitos não comparecia às sessões), o governo fez valer sua força política e conseguiu a aprovação do projeto em novembro. Todavia, a lei foi criada⁸ sem uma nova tabela de subsídios, mantendo-se a tabela vigente na época.

Na prática, os funcionários tiveram que se contentar com o ganho político, legal e simbólico da conquista de um Plano de Cargos “específico” para o segmento e que, existindo juridicamente, criava possibilidades para as reivindicações futuras (de enquadramento por tempo de serviço, titulação, vantagens próprias e subsídios de acordo com a formação profissional).

⁷ A Resolução n. 5/2010 da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação fixa as Diretrizes Nacionais para os Planos de Carreira e Remuneração dos funcionários da Educação Básica Pública (CNTE, 2011).

⁸ Lei n. 6.768, de 14 de novembro de 2006, que dispunha sobre a estruturação do plano de carreira dos cargos de apoio e administrativos dos profissionais em educação, no âmbito da Secretaria Executiva de Educação.

Também foi consolidada a redução da carga horária (sem redução de salários) de 40 para 30 horas semanais (ALAGOAS, 2006).

O Plano determinou a divisão das funções profissionais em duas grandes áreas: Agente Educacional I (Manutenção de Infraestrutura Escolar e Alimentação Escolar) e Agente Educacional II (Ações Administrativas e Multimeios Escolar, além da função de Gestão Escolar), e a distribuição da tabela de remuneração do cargo Agente Educacional I em cinco níveis e do Agente Educacional II em quatro níveis, ambos compostos de 7 classes (de “A” a “G”), com intervalos entre as classes de 6% (seis por cento), obedecendo a intervalos de tempo de 5 anos, mediante avaliação de desempenho profissional (ALAGOAS, 2006).

Também garantiu a remuneração de acordo com o nível de escolaridade escolar, levando-se em conta as exigências da Resolução n. 5/2005 da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, além da criação e/ou a consolidação das gratificações por lotação em escolas de difícil acesso (que desde 2000 eram concedidas ao magistério), do adicional noturno e pelo desempenho de funções em cargos de direção, chefia e assessoramento (ALAGOAS, 2006).

Além dos afastamentos de servidores previstos no Regime Jurídico Único do Estado, a lei garantiu o afastamento para qualificação profissional e desempenho de mandato classista, como também a garantia de horário especial para estudos em cursos regulares. De acordo com a lei aprovada, o enquadramento dos atuais cargos ao novo plano deveria acontecer no prazo máximo de 90 (noventa) dias, a partir da sanção da lei, e a definição de limite de 8 (oito) anos para que o governo garanta a formação técnico-profissional dos funcionários de acordo com a área 21 (ALAGOAS, 2006).

Um PCC SIMBÓLICO E A DIVISÃO POSSÍVEL

Mas a lei aprovada em 2006 foi ignorada nos dois anos seguintes. Apenas em 2008, após muita negociação e nova paralisação dos funcionários de escola, novamente sem a adesão esperada do magistério, o governo Teotônio Vilela⁹ sancionou novo projeto de lei,¹⁰ que no tocante à estruturação dos cargos e ao ordenamento da carreira reproduziu o teor da lei revogada. Entretanto, a tabela de subsídios proposta pelo sindicato anteriormente (e que não constava no plano de 2006) teve que ser adequada à nova situação orçamentária governamental e os enquadramentos previstos não ocorreram, provocando grande sentimento de frustração entre os profissionais.

Nosso PCC em síntese geral e nada foi a mesma coisa. O que foi que nós tivemos? Vindo o quadro geral do estado pra o quadro da educação [...]. Em síntese, ele favoreceu porque, apesar de todas as falhas, nós temos uma lei que nos dá direito a lutar pelos direitos, mas que foi um plano muito falho. Foi um ganho simbólico (Funcionária de escola. Entrevista n.5).

⁹ Vilela foi eleito em 2006 por uma coligação de forças conservadoras constituídas pelo Partido da Social Democracia Brasileira, pelo Partido da Frente Liberal e pelo Partido da Mobilização Democrática Brasileira, e com o apoio do Partido Socialista Brasileiro e do Partido Trabalhista Brasileiro, liderados pelos ex-governadores Luís Abílio de Souza Neto e Ronaldo Lessa.

¹⁰ Cf. Alagoas (2008).

E muita coisa não andou porque, na prática, a gente não viu um resultado concreto (Funcionária de escola. Entrevista n.6).

Se for falar de questão financeira, nenhuma [...]. Mas aí eu sempre disse ao pessoal do sindicato que eu tenho família e não posso viver de ilusões, eu tenho que pagar minhas contas e ninguém enche barriga com ilusões. A luta é válida, mas tem que pensar no dia a dia, um dia após o outro (Funcionário de escola. Entrevista n.7).

Mesmo com as alterações impostas pela Secretaria da Administração e pela Procuradoria-Geral, o PCC não foi cumprido pelo governo, gerando grande sentimento de frustração entre os funcionários. Outro ponto de vista sobre a importância simbólica da conquista do plano é ressaltada em uma das entrevistas, bem como as dificuldades contornadas para sua promulgação:

Foi uma luta também muito grande pra que o governo entendesse que era necessário um Plano de Carreira, se não era unificado, mas um Plano específico para os trabalhadores de Educação. Não foi fácil, mas foi um processo muito bonito, foi uma luta que teve a participação dos funcionários [...]. Era uma coisa que, há pouco tempo atrás, muita gente não acreditava que saísse (Professora, dirigente sindical. Entrevista n.12).

E a entrevista prossegue em tom otimista:

[...] No início, houve muita rejeição, teve muita incompreensão, aquele senso comum de que todo mundo é igual. Mas só conquistar o Plano [...] teve uma simbologia muito grande, porque era o primeiro sinal de uma conquista que se demonstrava ali, legalmente. Os trabalhadores de apoio administrativo estavam conquistando na lei aquilo que a luta favoreceu, o que a mobilização favoreceu, que foi justamente a mudança de comportamento do governo em relação aos funcionários e ao direito que eles estavam conquistando de reconhecimento pelo governo como trabalhadores da educação e não mais trabalhadores descartáveis ou que eram itinerantes, que podiam ser utilizados em momentos aqui, momentos ali, sem criar um vínculo com a função que exerciam. Então, era a finalização de um processo de invisibilidade (Professora, dirigente sindical. Entrevista n.12).

No entanto, esta percepção negativa dos efeitos do PCC para o cotidiano dos funcionários de escola, além de outros fatores discutidos anteriormente, tem dividido as opiniões a respeito da iniciativa de criação de um novo sindicato que represente o segmento dos funcionários de escola. As opiniões dos entrevistados variam:

A divisão da categoria dos trabalhadores da educação é, no mínimo, uma infeliz ideia. A divisão da categoria mais enfraquece e dificulta a luta por reivindicações e avanços do que favorece. Tanto é que muitos não abandonaram o SINTEAL, apesar das críticas que tenham em relação à direção do sindicato, justamente por compreenderem que essa divisão tende a tornar a luta por conquistas mais difícil [...] só unificados como categoria, como classe social, teremos chance de resistir frente às pressões dos governos e patrões, avançando para a construção de uma sociedade justa, a sociedade socialista, que é o nosso sonho (Professor. Entrevista n.1).

A importância da unidade sindical é uma fala constante entre os entrevistados, embora não necessariamente tal raciocínio leve às mesmas conclusões. Isso porque, mesmo reconhecendo a necessidade da união entre o conjunto da categoria, alguns entrevistados avaliam que essa unidade não precisa obrigatoriamente se dar em torno de uma mesma entidade, mas com base em bandeiras de lutas comuns. Por outro, os princípios de justiça social estão presentes em alguns depoimentos, em uma avaliação menos corporativa da classe em consideração aos embates maiores entre capital e trabalho.

O depoimento a seguir adota outra linha de análise, mais relacionada ao contexto específico do seu segmento profissional:

Quando a gente vai “pras” assembleias, primeiro vêm as pautas dos professores, fala-se dos professores e a gente sempre fica sem resposta. Pergunta uma coisa, fala outra e o funcionário fala uma coisa assim por cima e tudo, “tá, tá dando continuidade à mesa redonda”, ‘num’ sei o quê. O melhor seria realmente tentar de novo, tentar outro sindicato (Funcionário de escola. Entrevista n.6).

CONCLUSÃO

Independente do êxito da iniciativa da criação de um sindicato que represente unicamente os funcionários de escola, os depoimentos apontam a grande insatisfação destes trabalhadores com a falta de condições profissionais, a baixa remuneração, a decepção com o Plano criado e, principalmente, com a maneira como o SINTEAL encaminha as reivindicações, direcionando-as para beneficiar apenas os professores. Com exceção do primeiro depoimento, as críticas à representação sindical são claras. Da parte do SINTEAL, os argumentos são no sentido de defesa dos interesses de toda a classe, embora essa defesa não tenha ficado evidente para o conjunto dos filiados.

A análise a respeito da articulação entre o segmento docente e o não docente revelou algumas facetas importantes. Mesmo com alguns depoimentos feitos sobre o descontentamento a respeito da inclinação do sindicato em defender mais um segmento do que outro, supostamente evidenciando graves divisões organizativas entre o segmento magistério e os profissionais da educação, a despeito de algumas contradições internas verificadas, a análise dos dados não confirmou uma divisão de tão grandes proporções. O que não significa que o tema não seja motivo de tensões entre a direção do sindicato e sua base.

O que, evidentemente, não anula a hegemonia (GRAMSCI, 2010; MINAMISAKO, 1995) dos professores na condução política dos rumos do movimento sindical, criticada fortemente pelos funcionários. Pareceu claro, porém, que cada vez mais os profissionais não docentes exercem mais influência nessas ações sindicais, fruto da militância e tomada de consciência da importância da mobilização, ainda que esta militância possa se dar tanto dentro como fora dos quadros do SINTEAL.

Com efeito, o maior ou menor grau de unidade do conjunto dos trabalhadores dependerá da disposição política dos dirigentes sindicais em ampliar e aprofundar a relação organizativa com os funcionários de escola seja por meio da incorporação das bandeiras de luta deste grupo de modo mais contundente, seja através de uma articulação mais estreita entre o conjunto da categoria. Parece possível que o descuido a respeito das condições de trabalho e das demandas específicas dos funcionários acarretará em uma real divisão no futuro, retrocedendo historicamente aos tempos da Associação dos Professores de Alagoas (APAL). Da parte dos funcionários, será preciso um maior protagonismo para que as suas bandeiras sejam, de fato, levadas em conta nas reivindicações sindicais, desde que estas pautas não signifiquem o abandono das pautas gerais que interessam ao coletivo.

REFERÊNCIAS

ALAGOAS. **Lei n. 6.768**, de 14 de novembro de 2006. Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos cargos de apoio e administrativos dos profissionais em Educação. Maceió: Gabinete Civil, 2006. Disponível em: <<http://www.gabinetecivil.al.gov.br/legislacao/leis/leis-ordinarias/2006/lei-ordinaria-6768>>. Acesso em jun.2012.

_____. **Lei n. 6.907**, de 3 de janeiro de 2008. Dispõe sobre a carreira dos profissionais da educação do poder executivo do Estado de Alagoas. Maceió: Gabinete Civil, 2008. Disponível em: <<http://www.gabinetecivil.al.gov.br/legislacao/leis/leis-ordinarias/2008/test91/?searchterm=lei6.907>>. Acesso em jun.2012.

BRASIL. **Decreto n. 7.415**, de 30 de dezembro de 2010. Institui a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica, dispõe sobre o Programa de Formação Inicial em Serviço dos Profissionais da Educação Básica dos Sistemas de Ensino Público - Profucionário, e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7415.htm>. Acesso em jun.2012.

_____. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, n. 248, 1996.

_____. Lei n. 12.014, de 6 de agosto de 2009. Altera o art. 61 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, com a finalidade de discriminar as categorias de trabalhadores que se devem considerar profissionais da educação. **Diário Oficial da União**, n. 150, de 7 de agosto de 2009.

FLORÊNCIO, Ana Maria Gama *et al.* **Análise do Discurso: fundamentos e prática**. Maceió: Edufal, 2009.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Volume 2. 5.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

MINAMISAKO, Maria Célia C. **A questão da hegemonia em Gramsci**. São Paulo: Cabral, 1995.

MONLEVADE, João Antônio Cabral de. História e construção da identidade: compromissos e expectativas. **Retratos da Escola**, Brasília, v.3, n.5, p.339-352, jul./dez. 2009. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br/index.php/semestral/article/view/27/321>>. Acesso em jun.2012.

MORAES, José Valdivino de. A carreira e a gestão da escola. Valorização e democracia. **Retratos da Escola**, v.3, n.5, 399-412, jul./dez.2009. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br/index.php/semestral/article/download/32/192>>. Acesso em jun.2012.

NASCIMENTO, José Roberto Carvalho do. **Estratégias de ação política do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Santa Catarina – SINTE/SC – e sua relação com a Central Única dos Trabalhadores CUT: entre a década de 1980 e início dos anos 2000**. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

SZYMANSKI, Heloisa (Org.). **A entrevista na pesquisa em educação: a prática reflexiva**. Brasília: Iber Livro, 2008.

Data da submissão: 16/07/2012

Data da aprovação: 11/12/2012